

WILSON MARTINS

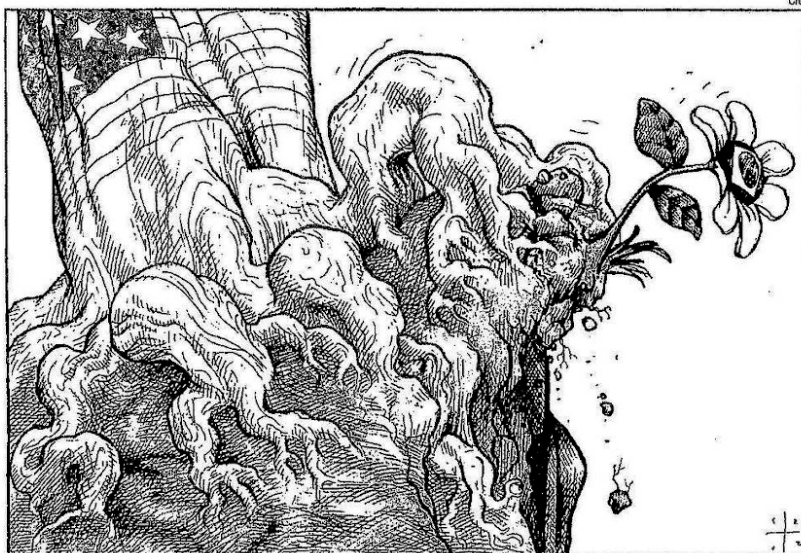
Última flor do Lácio em tempos de globalização

A inevitável contaminação da língua portuguesa por anglicismos é mapeada num irônico dicionário que lembra Flaubert

A desnacionalização das nacionalidades pela desnacionalização lingüística não data dos nossos dias nem é circunstância exclusivamente brasileira. Pode-se encará-la como subproduto da globalização ou como sua causa eficiente mas, de qualquer maneira, é fenômeno, aliás inevitável, e mais complexo do que parece aos polemistas mal-humorados ou de agendas ideológicas particulares. Globalização, que queiramos ou não, é sinônimo de americanização, porque a civilização norte-americana conforma o resto do mundo à sua imagem e semelhança.

Parte por imitação, parte por esnobismo, parte por ignorância, a verdade é que muitos brasileiros já não conseguem pensar em português e, por isso mesmo, perderam a sensibilidade do respectivo vocabulário. É o que está acontecendo no campo da publicidade, do ensino, da técnica, do jornalismo falado e escrito, além da língua cotidiana, isto é, precisamente nas atividades que pressupõem e exigem o domínio do idioma — para nada dizer do orgulho patriótico que, em princípio, todos deveriam sentir na "defesa e ilustração" do que será, sem dúvida, o elemento definidor da identidade nacional.

Fernando Pessoa escreveu que a sua pátria era a língua portuguesa, postulado que hoje nos parece o testemunho arqueológico de um mundo perdido. Nações de sólidos fundamentos culturais, como a França, por exemplo, tentaram opor-se à americanização lingüística por meio de decretos, de notória ineficácia, porque o problema é de natureza mental. Reagindo com irritação à influência devastadora exercida em seu país por nossas novelas de televisão, prestigiosa escritora portuguesa declarou que estavam "a assassinar" (sintaxe lusitana) o português (o que alguns brasileiros já haviam percebido), mas o lingüicídio, lá como aqui e alhures, deve ser atribuído antes à invasão maciça de palavras "americanas", como dizem os tradutores franceses para distinguir os livros britânicos dos que se escrevem do outro lado do Atlântico.



cos dos que se escrevem do outro lado do Atlântico.

Há, naturalmente, em tudo isso, uma larga margem de ridículo, repertoriado por Durval de Noronha Goyos, Jr., *vademecum* da tolice humana, simétrico ao que Flaubert compilou no seu tempo, a diferença consistindo em que, já agora, além de nos entregarmos às idéias-felizes, só sabemos exprimi-las por meio de palavras alheias ("Relembrando o português com dicionário de anglicismos", São Paulo: Observador Legal, 1998).

O corolário negativo desta situação, escreve ele, "é que a língua portuguesa, riquíssima e altamente sofisticada [anglicismo!], ficou relegada a um segundo plano e, gradualmente, barbarismos, principalmente oriundos do inglês, an-

glicismos, vêm sendo introduzidos no vernáculo, por vezes com sentido completamente deturpado, sem a menor necessidade, ou por ignorância, por pretensionismo, ou ainda, no caso de anúncios e mensagens comerciais, por afetação, para supostamente transmitir uma imagem de maior solistificação" [de novo].

Entre os exemplos que cita, o mais expressivo é o anúncio do programa Dataquest, garantindo "gerenciamento de cada domicílio do cliente" — mas, temendo que o leitor brasileiro não soubesse o que era "domicílio do cliente", o esperto publicitário acrescentou entre parênteses e sem itálicos: *household*. Dado a estatís-

ticas algo masoquistas, Durval de Noronha contou 130 anglicismos na parte editorial de uma edição da revista "Exame", enquanto no "Diário de Notícias", de Lisboa, havia 65 somente na primeira página, epidemia de que não escapava e não escapa nem mesmo "O Estado de S. Paulo", outrora tão pontilioso em matéria de casticismo (para o que costumava empregar numerosos redatores da mais insuspeita lusitanidade).

A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil, diz a Constituição vigente, o que não impediu a Receita Federal, em louvável esforço de comunicação, de indicar como *driving thru* a janela destinada a receber declarações do imposto sem necessidade de sair do automóvel. Por incrível

que pareça, é possível dizer em português tudo o que se diz em inglês ou em qualquer outra língua. Durval de Noronha certamente exagera quando propõe etimologias tupis ou quimbundas como fontes do nosso vocabulário, mas é inevitável que não precisemos importar do inglês os vocábulos que ele próprio importou do latim.

O caso mais ridículo é o inerradicável "mídia", com pronúncia inglesa, palavra que é apenas o latim *media*, plural de *medium*, para indicar meios de comunicação. Durval de Noronha lembra outros exemplos: *asset* (ativo), *bank* (banco), *broker* (corretor), *camping* (acampamento), *market* (mercado), anglicismos, como tantos outros perfeitamente dispensáveis. Os usuários de computador dizem "acessar" por entrar, e "deletar" por apagar, anular, e assim por diante, a exemplo do jornalista que informou gravemente a respeito do *briefing* a que se submeteram os deputados de Brasília, quando poderia ter dito "sumários" ou "resumo" a respeito do assunto em questão.

Dentre todos os profissionais, são os economistas os que mais empregam o português como segunda língua, quero dizer, como idioma estrangeiro aprendido na escola. Nos comentários a um livro de João Paulo dos Reis Velloso ("O último trem para Paris", 1986), observei que ele esmaltava o texto com palavras inglesas de que dava imediatamente a tradução ou o sentido — prova de que eram dispensáveis. Assim, por exemplo, *big business*, *commodities*, *mainstream*, *trading companies*, *trial and error* e tantas outras, muitas das quais falsos cognatos à espera do tradutor (?) inocente.

Claro, nada nos impede de comer salada com molho *french* ou de trabalhar *non-stop* para os leitores, sem esquecer, nos domingos preguiçosos, a *pizza take-home*. O perigo de um livro como este não é que seja consultado para evitar anglicismos, mas, ao contrário, para fornecê-los aos leitores desnacionalizados.